

A informalidade dos *laranjas* na fronteira Brasil/Paraguai

Adriane dos Santos de Barros
barros@pop.com.br

RESUMO: Este trabalho tem por finalidade refletir sobre as experiências e modos de viver dos chamados “laranjas” na fronteira do Brasil com o Paraguai, mais especificamente Foz do Iguaçu/ Ciudad Del Este, no período entre 2000 a 2006. Analisando as dimensões vivenciadas por esses sujeitos no decorrer de suas atividades diárias, articuladas com uma problemática muito mais ampla que é o setor informal no Brasil, o qual cresce a cada dia sem percebermos, e que vem afetando grandes e pequenas cidades como é o caso do município de Foz do Iguaçu muito conhecido também como uma cidade turística, devido às belezas das Cataratas do Iguaçu e da Itaipu Binacional, e sem esquecer do livre comércio com o Paraguai que acontece sobre a Ponte da Amizade.

PALAVRAS-CHAVE:

Informalidade; trabalho; desemprego; laranja; fronteira.

INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada propõe refletir sobre as experiências e os modos de viver dos chamados “laranjas” em Foz do Iguaçu, no período entre 2000 a 2006. Analisando as dimensões vivenciadas diariamente por esses sujeitos, articuladas com uma problemática muito mais ampla que é o setor informal no Brasil, o qual cresce a cada dia sem percebermos.

A escolha do objeto laranjas¹, para esta pesquisa, é muito mais do que uma curiosidade, e sim, uma realidade presente ao longo de minha história de vida, presenciada no município de Foz do Iguaçu, onde moro desde que nasci. Vi meus irmãos atuando nessa categoria, mantendo suas famílias. Desta forma, tornou-se interessante pesquisar sobre essas pessoas que vivem da fronteira e que nela conseguiram por muito tempo tirar seu sustento superando, contornando diversas barreiras encontradas no exercício diário pela sobrevivência. A essas “barreiras” somam-se, constantemente, os “poucos ganhos” no trabalho, as indiferenças, os preconceitos e os embates estabelecidos, freqüentemente, nas suas relações sociais.

Pesquisar os “laranjas” configurava-se durante minha vida acadêmica numa maneira de refletir sobre as particularidades e diversidades de experiências, expectativas, dificuldades e trajetórias que norteavam a vida e o trabalho desses indivíduos, bem como numa forma de evidenciar e perceber a visão de futuro para eles. No

¹ Laranja, na temática aqui abordada, é a denominação popular que se atribui à pessoa que atua como intermediária para trazer bens do Paraguai para o Brasil, em seu nome, para outras pessoas. Pelo serviço prestado o “laranja” normalmente recebe uma quantia. Esta prática é ilegal e a Fiscalização Aduaneira pode instaurar Procedimento Especial de Controle Aduaneiro para identificar o real adquirente das mercadorias, ficando os bens retidos até a conclusão do procedimento. Os viajantes enquadrados como “Laranjas” não têm direito à cota e têm os produtos apreendidos pela Receita Federal.

decorrer da investigação foi possível vislumbrar esses trabalhadores em suas condições reais, como sujeitos, em suas práticas cotidianas, suscetíveis a erros e acertos, felicidades e tristezas, resistências e acomodações.

Por essas experiências compreendo um conjunto de especificidades e heterogeneidades que perpassam e estruturam o cotidiano desses trabalhadores, contribuindo para seu “fazer-se” enquanto sujeitos históricos atuantes na sociedade.

A presente investigação direcionou-se não apenas a uma análise no que se refere à atividade exercida pelos denominados “laranjas”, mas também proporcionou uma abertura para percebermos qual a visão dos mesmos em relação ao trabalho que exercem e como a sociedade reage quanto a isso, já que é uma atividade ilegal e não apenas informal.

A luta diária desses trabalhadores é de certa forma penosa e perigosa. Driblar a fiscalização na fronteira não é nada fácil, ainda mais agora com as mudanças decorrentes da nova aduana contra a entrada ilegal de produtos importados pela Fronteira de Foz do Iguaçu/Paraguai. Todas as pessoas que por ali passam são cadastradas e declaram os produtos comprados. Cada pessoa pode passar somente uma vez por mês a fronteira, diferente do que acontecia antes, dificultando assim o ganho diário desses trabalhadores.

A intenção da Receita com essas modificações é que todas as pessoas e mercadorias que ingressam no Brasil sejam fiscalizados, com a permissão de entrada apenas para os que demonstrarem que os produtos são para uso próprio. A idéia é que a fiscalização seja tão rigorosa como é nos aeroportos, para acabar completamente com a possibilidade de entrada ilegal de produtos contrabandeados no Brasil, bem como também o tráfico de drogas.

Porém este trabalho da Receita Federal faz com que a cada dia diminua o número de compristas na cidade, afetando o trabalho dos laranjas, já que eles dependem dessas pessoas para realizar suas atividades. Desta forma, os ganhos são menores e com isso a perspectiva para o futuro é desconhecida, já que o mercado de trabalho em Foz está escasso, como em muitas outras cidades do país, tendo em vista que o problema do desemprego é muito mais amplo.

Esta pesquisa tem como problema o crescimento do mercado informal no Brasil que afeta de certa forma os municípios e em particular o município de Foz do Iguaçu, pois o número de pessoas sem um emprego formal cresce a cada ano, fazendo com que milhares de pessoas se adaptem às novas condições sociais.

De acordo com os dados da pesquisa de Economia Informal Urbana – ECINF (2003), realizada pelo IBGE em parceria com o Sebrae, o Brasil tem mais de 10 milhões de Empresas na informalidade. A economia informal² gerou, em 2003, R\$ 17,6 bilhões de receita e ocupou um quarto dos trabalhadores não-agrícolas do

² Economia informal (Brasil), conjunto de bens e serviços produzidos e distribuídos à revelia do estado. Por conta da sua própria natureza, a definição e quantificação da economia informal no Brasil são dados para os quais os economistas não encontram um ponto em comum. Dependendo do especialista ou do método aplicado, ela pode representar de 15% a 50% do produto interno bruto. Também conhecida como economia subterrânea ou clandestina, sua face mais visível está no contingente de trabalhadores sem carteira assinada, que, segundo a pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD) do IBGE, feita em 1990, chega a 16,5 milhões de trabalhadores. Vale lembrar que esse contingente não abrange os autônomos, como encanadores e eletricitas, e as empresas de fundo de quintal, também chamadas de familiares. Tradicionalmente, são esses últimos que compõem a economia informal, mas, no Brasil, por causa dos altos encargos inerentes à formalização do emprego, ela engloba também os 4 milhões de pessoas envolvidas no chamado marketing porta-a-porta, que distribuem produtos como cosméticos, roupas, bijuterias e produtos alimentícios com rendimentos em torno de 250 dólares, segundo dados do sindicato dos trabalhadores em economia informal do estado de São Paulo. Enciclopédia Microsoft® Encarta®. © 1993-2001

País. Em outubro de 2003, existiam no Brasil 10.525.954 pequenas empresas (não agrícolas), das quais 98%, ou seja, 10.335.962 pertenciam ao setor informal e ocupavam 13.860.868 pessoas. Em relação à pesquisa anterior, de 1997, houve crescimento de 10% no número de pequenas empresas, enquanto o número de empresas do setor informal cresceu 9%, o que indica um pequeno aumento na formalização. O aumento dos postos de trabalho nas empresas informais foi de cerca de 8% no mesmo período. Entre as unidades da federação, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul concentravam, juntas, 57,6% das empresas informais de todo o país.

A análise destes dados nos faz perceber que o problema é muito mais sério do que imaginamos, já que não se trata apenas de modificações em uma ou outra cidade, mas sim uma modificação estrutural no mercado de trabalho em nível nacional.

Pode-se dizer que grande parte deste problema se dá porque o mercado de trabalho está cada vez mais exigente e escasso, procurando mão de obra qualificada, com isso muitos trabalhadores ficam desempregados devido a má qualificação, sem ao menos ter uma oportunidade. Um dos principais causadores dessas mudanças é a tecnologia que vem crescendo e tomando lugares de equipamentos considerados ultrapassados e dos seres humanos em seus postos de trabalho. A falta de indústrias nas cidades, como é o caso de Foz do Iguaçu e o grande crescimento populacional também têm sua influência. É óbvio que a falta de escolaridade também influencia, pois infelizmente, grande parte desses trabalhadores possui apenas o primeiro grau, segundo dados coletados nas entrevistas orais.

Esses são fatores que contribuem para que muitas pessoas busquem outros meios de trabalho, fazendo crescer o número de

trabalhadores informais, como é o caso dos “laranjas”, na fronteira de Foz do Iguaçu com Ciudad Del Este.

Foz se destaca no setor informal por ser uma cidade fronteiriça. Esse fácil acesso a outro país possibilitou o desenvolvimento deste tipo de trabalho por muitos anos, acolhendo milhares de pessoas desempregadas da cidade. Com o passar do tempo a falta de empregos formais fez com que aumentasse o número de pessoas que ganham a vida passando mercadorias na fronteira, tornando difícil identificá-los como trabalhadores informais ou ilegais. Sendo que a economia informal advinda destes trabalhadores contribui muito para o comércio de Foz que vive e sobrevive destes clientes, que somam mais da metade da população. Tal situação também é registrada em outros municípios, como é o caso de Cascavel.

Os “laranjas” na sua maioria trabalharam em outras funções, porém a fronteira proporcionou melhores ganhos mesmo na informalidade. Outros, realmente quando chegaram em Foz do Iguaçu não conseguiram trabalho, já que a cidade não possui grandes indústrias, e vive apenas de seu comércio.

As dificuldades são grandes, até porque os fiscais sempre acreditam encontrar drogas em meio às mercadorias passadas pelos laranjas. E se não bastasse isso, os roubos sobre a ponte são frequentes, se não tomarem cuidado os ladrões passam e levam suas mercadorias.

Esses trabalhadores da fronteira enfrentam diversos obstáculos, tendo que enfrentá-los dia após dia. É uma realidade que poucos conhecem a fundo. Porém, nesta pesquisa, fez-se uma análise das vivências dessas pessoas que viram na fronteira uma forma de ganhar dinheiro e sobreviver, e, ao mesmo tempo um amanhã desconhecido.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi necessária uma pesquisa de campo, o uso das fontes orais foi primordial, já que ninguém melhor que os próprios laranjas para descrever sua profissão, seus riscos diários, seus contentamentos e descontentamentos.

TRABALHO INFORMAL NO ÂMBITO NACIONAL E LOCAL

Os componentes do trabalho informal são redimensionados pelo processo de acelerado crescimento demográfico urbano nos países de terceiro mundo. Assim, a migração da força de trabalho do campo rumo à cidade foi considerada um dos fatores que influenciou o crescimento do setor informal urbano e aumentou a população nos centros urbanos dos países. Durante o processo de industrialização, como aconteceu no Brasil, muitos trabalhadores buscaram diferentes meios para assegurar a sua sobrevivência, o que foi quase impossível no campo devido principalmente ao movimento de concentração das terras nas mãos de grupos de latifundiários (DEDECCA; BALTAR, 1997).

No Brasil, em decorrência de dispositivos constitucionais e legais, a contratação legal de um trabalhador impõe despesas da ordem de 102% de encargos sociais, que são compulsórios e inegociáveis (PASTORE, 1997). Isso tem sido um desestímulo para a contratação formal e um estímulo para o trabalho informal. A informalidade desprotege o trabalhador e o Estado, pois este continua com sua responsabilidade no campo da educação, da saúde e da previdência, sem nada arrecadar na rubrica da seguridade social.

Segundo Pastore (1993), o Brasil precisa de flexibilidade nas leis trabalhistas e qualidade na educação. Já foi o tempo em que as empresas tinham de se tornar competitivas. Hoje, elas têm de se manter competitivas. E, para tanto, precisam dispor de tecnologias

eficientes e mão-de-obra preparada. Sem esses ingredientes, os problemas de empregos formais se agravarão.

Será que o problema do desemprego se dá devido à falta de tecnologia e de mão de obra qualificada? Difícil compreender e responder essa questão, pois nosso país constantemente mostra pessoas que cresceram profissionalmente e financeiramente sem qualquer nível de instrução, ou qualificação, e mostrando ser bons naquilo que fazem. Vendo por este lado tudo parece depender de um pouco de sorte e oportunidade. Muitos desses trabalhadores informais precisam apenas de uma delas.

As atividades econômicas informais têm sido debatidas em vários estudos, realizados por diversos campos das ciências sociais e humanas, na tentativa de construir um melhor entendimento a respeito desse fenômeno. Apesar de todos os esforços neste sentido, permanecem ainda várias questões e confusões a respeito do tema, sendo muitas vezes feito uso indiscriminado da palavra “informal”.

Machado da Silva (1993), atribui aos economistas da OIT (Organização Internacional do Trabalho), os estudos pioneiros e a formação das primeiras idéias sobre o tema “setor informal”. Idéias essas produzidas a partir de pesquisas realizadas no início dos anos 1960-70, que tinham como objetivo fundamentar reflexões sobre o desenvolvimento econômico de alguns países do continente africano.

A proposta da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para a solução dos problemas que se relacionavam ao setor informal, demonstra uma concepção dicotômica, que baseou por muito tempo os estudos que buscaram melhor compreender as questões relativas à informalidade, enxergando com base neste princípio uma dicotomia na economia e na ocupação da força de trabalho, setor formal x setor informal, considerada como uma divisão prejudicial e que poderia ser

sanada com a integração das atividades informais ao setor formal da economia capitalista.

Este processo de concentração de poder econômico e de exclusão social, do qual o fenômeno da informalidade na economia e no trabalho faz parte, e que se expressam sobremaneira nos países que passam por um processo de industrialização recente, pode ser considerado como resultado não só da estruturação econômica e social bastante excludente destes países, mas também como resultante das relações políticas e econômicas estabelecidas com os países de maior poder político-econômico no processo global de reprodução do capital. De acordo com esta idéia, as atividades desenvolvidas no setor informal cumprem um papel social e econômico que é o de ocupar os trabalhadores desqualificados e que vivem em uma situação de pobreza e de desemprego.

O crescimento populacional e a complexificação das relações sociais e econômicas no meio urbano levam ao surgimento ou a possibilidade de desempenhar funções que outrora não existiam para esses trabalhadores que compõem o setor informal, expandindo este setor, que passa a diversificar-se, originando uma diversidade de ocupações tais como: a de vendedor ambulante, camelô, empregado doméstico, catador de papel, e os mais diversos tipos de prestação de serviços e as pequenas unidades produtivas. A informalidade enquanto fenômeno do trabalho rebate diretamente na dinâmica geográfica e vice-versa, sendo que dessa dialética apreendemos o movimento contraditório do metabolismo societal da sociedade do capital.

É importante salientar que em vários casos estas ocupações exigem dedicação total do trabalhador para que possa conseguir atingir um ganho que garanta a sua sobrevivência, noutros casos há a realização de mais de uma atividade no dia pelo mesmo trabalhador

para conseguir atingir o patamar de ganho mínimo para a sua manutenção.

Ser excluído do processo de exploração do trabalho no capitalismo não se torna um privilégio, e sim um fator de inserção em uma condição de privação e de pobreza, ainda maior do que aquela sob a qual continuam submetidos os que sofrem a exploração no trabalho, restando aos deserdados do capital procurar outras formas para garantir a sua sobrevivência, sujeitando-se ao subemprego e à informalidade.

O movimento reestruturante do processo produtivo capitalista gera modificações amplas em todas as esferas das relações sociais e de produção, e estas não acontecem em todos os lugares num mesmo ritmo ou intensidade, pois apesar de atingir a todos os países capitalistas, este processo se realiza guardando características específicas que dizem respeito à organização social, política, econômica e territorial de cada país, região ou cidade, etc.

Contudo, os pontos em comum se fazem presentes nesta escalada do capital mundial, ficando explícitos nas práticas e nos discursos ideológicos dominantes dos mais diferentes países. Um destes pontos são as práticas dos pressupostos liberais, que colocam as combinações entre os fatores econômicos como regentes das "leis" do mercado, e as potencialidades peculiares, como os determinantes do fracasso ou do sucesso econômico dos indivíduos, das empresas e das nações, tentando a partir destes princípios discursivos e ideológicos, mascarar o sentido excludente do capitalismo. Segundo Braga:

O neoliberalismo como doutrina e política econômica não pode ser nada muito além do que uma resposta determinada do capital em tentar conferir um sentido e direção, portanto, inteligibilidade, a sua mais profunda crise. Uma resposta determinada, somada a outras, como a reestruturação produtiva em curso, que se apresenta enquanto um movimento de contra-ofensiva social e ideológica em escala mundial, dada

a sua disposição de transformar todo o mundo a sua imagem e semelhança (BRAGA, 1996, p. 220).

É nesta combinação entre reestruturação produtiva e neoliberalismo, que se desenha o novo contexto social em que os trabalhadores de todo o mundo são mais uma vez aviltados, ora por serem destituídos de seus direitos trabalhistas, levados a cabo por políticas governamentais que deixam de lhe conferir a devida proteção, ora por serem obrigados, pela exclusão do mercado formal de trabalho, a sobreviverem do trabalho em condições precárias muitas vezes marcado pela informalidade (THOMAZ JUNIOR, 2000).

O fenômeno do desemprego e da precarização das condições de trabalho na nova era do capital podem facilmente ser observados na maior parte das cidades brasileiras. É nesse cenário que se tornam mais visíveis a partir do ano de 1990, assumindo dimensões nunca registradas antes.

Os elementos característicos desse atual processo, a flexibilização das relações de trabalho, a implantação em vários países de políticas de cunho neoliberal, que junto a financeirização da economia, dita mundializada, enfatizam e dão importância à esfera especulativa do capital em relação à produção.

Tais condições implicam, como novos elementos determinantes e conseqüentes do atual modelo de acumulação capitalista, na redefinição das relações de produção e, portanto, numa reconfiguração do mundo do trabalho, tendo como maiores conseqüências a diminuição do número de trabalhadores empregados diretamente na produção, a desqualificação, o aumento do desemprego e o crescimento do trabalho precarizado. Como afirma Antunes:

O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países de Terceiro Mundo, dotados de uma industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. (...) Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc, etc. Verificou-se, portanto, uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho (ANTUNES, 1999, p. 209).

E nesse processo de complexificação com aparecimento de novas formas de trabalho precário, que vemos expandir nas cidades brasileiras as atividades ligadas à economia informal, que passam a ser o campo de atuação de grande parte dos trabalhadores, que se encontram excluídos pelos mais diversos motivos do mercado formal de trabalho.

Ao ampliar-se, a economia informal torna-se muito mais diversificada, passando a ser campo de atuação também de pequenas empresas e não só de trabalhadores autônomos, já que o principal traço da informalidade passa ser o não regramento ou controle pelo poder público, isentando-se ao recolhimento das taxas e dos devidos tributos.

A expansão e a heterogeneização do trabalho na esfera da economia informal tem uma ligação direta com o processo atual de crescimento da exclusão do mercado formal de trabalho, que, por sua vez, tem um amplo rol de determinações, que diferentemente combinadas desenha e caracteriza variadamente o fenômeno do trabalho informal nos diversos lugares onde este se encontra presente. Malaguti (2000), alerta para as complicações atuais no entendimento do que vem a ser o trabalhador informal, já que a formalidade e a informalidade, ao coexistirem de forma indissociável, produzem

situações em que o trabalhador pode ao mesmo tempo desenvolver e obter rendimentos em atividades formais e informais.

É nesta busca pelas condições mínimas de vida que se avolumam as atividades que ocupam um grande número de trabalhadores e que estão ligadas à economia informal, sendo que, destas, a que assume visivelmente maiores dimensões é o comércio informal que oferece mercadorias das mais diversas procedências (industrializadas ou não, contrabandeadas, nacionais ou importadas), realizando geralmente estas atividades em barracas instaladas em locais públicos nas áreas centrais das cidades.

O que podemos perceber é que o acirramento das atuais condições sociais e econômicas no Brasil, que exercem um efeito negativo no mercado de trabalho e conseqüentemente nas condições de vida da classe trabalhadora, deixa como única saída para parte crescente dos trabalhadores a busca de uma atividade por conta própria. Ao ingressarem na informalidade os trabalhadores ficam excluídos da possibilidade de usufruírem direitos trabalhistas como aposentadoria, seguro-desemprego, etc., reservados aos trabalhadores legalizados e que contribuem com o pagamento de impostos e tributos.

Para alguns grupos de trabalhadores como os “*laranjas*” na cidade de Foz do Iguaçu, a informalidade não se restringe muitas vezes à condição de trabalho, ela é também um fator importante no que se refere a sobrevivência. Os *laranjas* encontraram na Fronteira Brasil/Paraguai a única saída, segundo eles, para ganhar dinheiro e manter suas famílias.

Falar de uma cidade como Foz do Iguaçu muitas vezes se torna difícil, principalmente quando se trata de um tema como a informalidade, tendo em vista que grande parte da população vive e

sobrevive do setor informal, devido às próprias condições de trabalho oferecidas pelo município.

Foz do Iguaçu apresenta uma população estimada de 279,620 habitantes, distribuídos em 233 bairros, grande maioria de sua população é formada por jovens, mais precisamente 40% das pessoas têm até 17 anos de idade, 49% tem entre 18 anos e 50 anos e apenas 11% tem acima de 51 anos. Existem em torno de 76,191 famílias em Foz do Iguaçu, cerca de 3,7 moradores por domicílio, com estimativa de 30 mil desempregados em 2003. (IBGE, estimativa 01/07/2003 a 01/07/2004, dados retirados do livro Foz em Números).

A Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu (ACIFI), por meio da contratação da empresa de pesquisa CEPEE (Pesquisas de Mercado e Planejamento Empresarial), realizou o Censo Econômico no período de novembro de 2001 a fevereiro de 2002, para saber o número de empresas formais e informais existentes no município das empresas catalogadas neste Censo Econômico, 95,1% são do setor terciário (comércio e serviço). De cada 10 empresas, cinco são informais, ou seja, não possuem registros nos órgãos competentes.

Através desses dados é possível perceber mais especificamente o problema da informalidade no município de Foz do Iguaçu, setor esse que vem crescendo e abrigando grande parte dos trabalhadores da região, estejam eles ligados a essas empresas informais ou fora delas.

Pode-se dizer que o município foi marcado por grandes mudanças desde o período da construção da usina de Itaipu, pois com ela vieram muitas pessoas de outras cidades em busca de trabalho, aumentando assim a população. Logo após o término da construção, estas pessoas se viram frente a uma grande decisão: ir embora ou

procurar outro trabalho. Como a cidade não possuía um campo amplo de empregos, muitos optaram por trabalhar na informalidade que a fronteira proporcionava.

A classe dos laranjas na cidade pode ser considerada como uma das maiores camadas de trabalhadores informais, que encontraram na fronteira fontes de ganhos muitas vezes maiores que os ofertados nos empregos formais, apesar de que atualmente não isso é mais uma realidade. O município, que sempre viveu do turismo e de seu comércio, vem enfrentando uma grande crise que vem afetando não só a cidade de Foz, mas o Brasil inteiro, devido a vários fatores que são vistos diariamente nos canais de televisão, como por exemplo, a grande violência que se alastra pelo país, o que lá fora é visto como um fator negativo para passar as férias no Brasil. Mas não foi só este o fator que fez com que grande parte dos trabalhadores informais ficasse sem emprego, pois o trabalho dos laranjas não depende necessariamente dos turistas e sim dos compristas “sacoleiros”³, que vem fazer suas compras no Paraguai para revendê-las em suas respectivas cidades, estes também são chamados de patrões, segundo os laranjas.

Esta queda no trabalho dos laranjas na fronteira é reflexo de uma grande mudança no setor de fiscalização da Receita Federal que está cada vez mais eficaz apreendendo a mercadoria ilegal identificada.

Sem compristas, não tem trabalho, e os poucos que se arriscam a comprar no Paraguai, muitas vezes perdem tudo, sendo que eles na verdade não aparecem, pois quem atravessa a mercadoria são

³ O termo sacoleiro tem sua origem devido às sacolas nas quais são carregadas as mercadorias no Paraguai. Algumas pessoas a conhecem como muambas. FERRAZ, Eduardo. **Farofa e Muamba**. In: Isto É/1506 – 12/08/98, pp. 38-41.

os laranjas que ficam a mercê de ladrões que operam diariamente sobre a ponte. Não bastasse isso, os laranjas correm o risco de perder seus produtos na aduana, pois tudo o que passam deve ser declarado, e eles ficam cadastrados por trinta dias não sendo possível atravessar novamente no período.

Desta forma é pertinente perceber o trabalho dos laranjas como uma válvula de escape necessária tendo em vista a condição que o município se encontra referente ao campo de trabalho, ou seja, uma forma de ganhar dinheiro na informalidade, exercendo uma profissão arriscada, perigosa, desumana e acima de tudo ilegal, já que é proibida a entrada de produtos importados sem declaração no país.

O trabalho exercido pelos denominados laranjas na fronteira de Foz do Iguaçu (Brasil) com Ciudad Del Este (PY) é considerado uma forma de contrabando, por se tratar de entrada ilegal de produtos importados no país, sem o pagamento dos devidos impostos. Esses trabalhadores informais são julgados muitas vezes apenas pelo fato de exercerem uma atividade ilegal, porém condená-los como tais sem uma análise do cotidiano, e quem sabe até mesmo compreender o porquê acabaram nesta forma de trabalho, é exatamente o que se acredita que não possa continuar.

Pois antes de tachar os “laranjas” como contrabandistas, é preciso perguntar a eles por que acabaram neste setor informal e ilegal. Devemos fazer um estudo de suas histórias de vida. Para isso, se aqui fez necessária uma pesquisa com algumas dessas pessoas. Isso porque se acredita ser necessário descobrir como e porque vieram a ser laranjas.

No decorrer deste trabalho essas e outras questões a respeito desses trabalhadores informais da fronteira serão analisadas para quem

sabe chegarmos a uma conclusão da realidade vivida por esses personagens.

O TRABALHO INFORMAL DOS LARANJAS: UMA OPÇÃO PESSOAL OU UMA CONDIÇÃO SOCIAL?

Como podemos observar, a informalidade no Brasil vem crescendo ano após ano, nas mais diversas cidades do país, e que são vários os fatores que levam a esse crescimento. Quando nos referimos à cidade de Foz do Iguaçu, nos deparamos com algumas questões básicas a respeito deste fenômeno que é o mercado informal. Um dos fatores que influenciou o crescimento populacional do município foi o período de construção da usina de Itaipu, que fez com que muitas pessoas viessem com suas famílias para a cidade. Outro fator é que por ser uma cidade caracteristicamente turística, grande número de pessoas veio para Foz em busca de trabalho nessa área, acreditando no sonho do trabalho formal. Só que há algum tempo tem caído o número de visitantes em nosso município, em parte devido à violência na cidade, e também devido a fiscalização na aduana brasileira com o Paraguai.

Esses turistas na sua maioria vinham tanto para conhecer a Itaipu, as Cataratas, quanto para fazer suas compras em Ciudad Del Este (Paraguai), em meio á esses turistas se encontravam-se uma grande parcela dos que chamamos de “sacoleiros” ou “muambeiros”. Esses, por sua vez, em suas vindas para a cidade compravam grande número de mercadorias no Paraguai para levar para suas respectivas cidades a fim de vendê-las.

Esse processo de compra e travessia, precisava de pessoas para ajudar, é aí que entra o papel do laranja na fronteira. Ele serve como um carregador, ou seja, os sacoleiros fazem suas compras e os

laranjas os ajudam a passar pela aduana, devido ao valor na maioria das vezes ultrapassar a cota atual de 300 dólares .

Esses laranjas são na sua maioria pais e mães que encontraram nos braços da fronteira um meio de ganhar dinheiro; esses fatos ficam muito visíveis quando temos a oportunidade de conversar com essas pessoas. O frente-a-frente das entrevistas orais proporcionou um momento até então desconhecido, pois é através desses depoimentos que se pode perceber que ser laranja não é apenas uma opção pessoal, ou uma escolha, mas sim uma condição social frente às dificuldades na área de empregos em Foz do Iguaçu, segundo os “laranjas”.

As entrevistas foram essenciais para o desenrolar desta discussão sobre a informalidade dos laranjas, pois algumas questões que nos preocupavam foram em parte respondidas, digo em parte porque para um conhecimento maior seria necessária uma pesquisa muito mais ampla, envolvendo opiniões da população em geral do município frente aos trabalhadores informais da fronteira, e uma discussão com representantes do comércio da cidade tendo em vista que esses trabalhadores representam mais da metade de sua clientela.

Muitos dos depoentes disseram ter vindo com seus pais na época da construção de Itaipu, outros que vieram para a cidade à procura de trabalho, mas o que encontraram foi uma cidade cercada pelo desemprego, como muitas outras cidades em nosso país, tendo como única saída passar mercadorias do Paraguai para o Brasil através da Ponte da Amizade.

Quando questionados se ser um laranja foi uma escolha ou uma conseqüência, as respostas são quase sempre as mesmas como assinala Adilson Carvalho de Souza e sua esposa Roselaine Lang: “Foi uma conseqüência, não tinha emprego, também eu não tinha

estudo adequado pra conseguir alguma coisa, o que me restou foi isso, a oportunidade foi essa”.

Deste modo, a prática de laranja significou para o entrevistado sua inserção e a importância de sua participação na dinâmica social do município de Foz do Iguaçu, a partir do momento que lhe possibilitou trabalhar, sustentar sua família, e prestar contas, beneficiando a economia do município. Natural do Paraguai (Py), aos 27 anos o laranja Adilson e sua esposa Roselaine de 27 anos, atuam no setor informal há mais de 10 anos, confessando nunca terem possuído qualquer outra atividade remunerada com registro em carteira. Nesse contexto, a família torna-se um suporte primordial para os “laranjas”, ao incentivá-los, apoiá-los, e/ou ainda como muitos integrantes (filhos, cunhados, mulheres, etc.) que ainda acabam por adentrar também nessa profissão com fins de maiores lucros para a família. Como aconteceu com este casal que vive do trabalho informal desenvolvido na fronteira.

É interessante denotar que apesar do processo contínuo e intensificado de exclusão que enfrentam, assinalado pelo nível de subordinação e exploração, ao qual estão expostos, estes indivíduos forjam a produção de argumentos de inserção no social, que por sua vez, desprendem-se em suas próprias estratégias e alternativas de sobrevivência.

Outro caso interessante observado nestas entrevistas é o de Dionel Roque dos Santos, 33 anos, Natural de Santa Helena (PR), que atua como laranja há mais de 10 anos. Quando questionado a respeito de como caiu na informalidade dos laranjas, se foi uma escolha ou uma consequência ele diz:

Considero uma consequência, pois se tivesse escolha com certeza não acabaria transportando mercadoria na Ponte. Mas como o desemprego é grande em nosso município, e não tem

mercado de trabalho pra gente, a única saída que encontrei foi ser laranja, já que por ser uma cidade que faz fronteira com outro país, Foz ainda dá essa opção de trabalho pra gente, imagina se não tivesse a Ponte.

De acordo com o depoimento do entrevistado, o trabalho informal desenvolvido pelos laranjas na cidade de Foz só é possível porque a Ponte da Amizade proporciona isso, se não fosse a fronteira certamente não existiria esse tipo de trabalho, e sem ele o que fariam os vários trabalhadores que vivem da informalidade na cidade?

Desta maneira percebe-se que não se trata apenas de opção pessoal, já que muitos descrevem sua profissão como um trabalho perigoso, arriscado, até mesmo desumano, como relatam Carlos e Rosane em suas entrevistas. *Nossa profissão é muito arriscada, Sempre temos que fugir de alguém, se não é dos ladrões é do pessoal da Receita, como se fossemos ladrões fugindo da polícia. (Desumana devido à fiscalização, porque quando eles vêm pro lado da gente a gente é humilhado, eles tratam a gente como se fosse bicho Rosane Camilo).*

Ambas as descrições nos levam a pensar a respeito desse trabalho desenvolvido por eles, pois não se trata apenas de uma condição informal e social, mas sim em uma prática arriscada de trabalho, pois em suas lutas diárias, além do pavoroso momento de atravessar a aduana e o medo de perder toda sua mercadoria, eles ainda enfrentam o terror dos bandidos que praticam assaltos na ponte onde levam tudo, dizem eles.

Existem pessoas que consideram este tipo de trabalho como outro qualquer, só que pouco respeitado, tendo em vista que muitas ou na maioria das vezes são chamados de ladrões, contrabandistas e até mesmo vagabundos que ganham a vida fácil. De acordo com José

Vlademir (46 anos), o trabalho do “laranja” é “uma profissão como outra qualquer, porém difícil, arriscada, perigosa, injusta, sem nenhum tipo de amparo, pois se a gente fica doente, não trabalha e também não recebe, ou seja, nem doente se pode ficar”.

Analisando as respostas dos depoentes é difícil dizer que não seja uma condição social o trabalho informal dos laranjas na fronteira, pois ambos disseram não ter outra opção a não ser entrar na informalidade para sobreviver num município onde o desemprego predomina sem oferecer um mercado de trabalho maior o suficiente para abrigar tanta gente, deixando assim grande maioria da população a mercê do mercado informal.

Também podemos observar que além de ser um trabalho difícil, eles continuam na correria do dia a dia, enfrentando os mais diversos tipos de dificuldades, seja por parte da fiscalização acirrada da aduana, tendo em vista que se trata de uma forma de trabalho ilegal, seja pelos furtos, ou até mesmo pelo próprio medo, pois podem ser pegos a qualquer momento, perdendo tudo, e agora ainda podem chegar a responder processos e ir presos. Essa é a constante insegurança que vivem esses trabalhadores da fronteira que têm seus dias marcados pelo terror e o medo.

Quando questionada sobre quais as dificuldades encontradas e enfrentadas no dia a dia da profissão, a depoente Veronilda Lang (62 anos) diz em uma resposta muito objetiva: “Acho que todas, assaltos sobre a ponte onde roubam nossas mercadorias, e ainda por cima os federais que não largam do nosso pé, em vez de tentar prender os traficantes e os ladrões de carro, eles teimam em achar que nós somos ladrões”.

Fazendo-se uma análise desses dados, é possível perceber que os entrevistados estão descontentes com sua profissão, porém, a

grande preocupação é saber, se tiverem que abandoná-la, sem uma perspectiva de novo trabalho, como vão viver.

Mesmo sendo considerado ilegal perante a lei, eles não o consideram assim, pois a palavra “ilegal” está ligada a algo imoral para eles, algo de errado que automaticamente esteja prejudicando alguém, coisa que eles dizem não fazer, pois a luta diária gira em torno da vontade de conseguir o suficiente para sustentar suas famílias.

Isto fica mais claro quando observamos alguns trechos de depoimentos como o que segue abaixo. “Acho que é informal, porque não é reconhecido perante a lei, não tem registro. Seria ilegal, pra mim, se eu tivesse tirando de alguém ou roubando e estivesse revendendo, mas nem é pra mim as mercadorias que eu levo, eu só atravesso elas pro lado brasileiro, e lá no Paraguai elas são compradas pelos sacoleiros” (Carlos). (...) “Acho que é informal, porque a gente não tem registro na carteira, o que não é reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Não acho que é ilegal, já que estou trabalhando duro todos os dias por tão pouco, sem roubar, sem matar, só trabalhando” (José Valdemir).

Percebe-se que os entrevistados têm uma visão apenas da informalidade que exercem, tendo em vista que não possuem registro em carteira, mas não vêem o lado ilegal de seus trabalhos, pois como foi dito acima eles não estão fazendo nada imoral na visão deles, que afete alguém, mas sim ganhando o sustento para suas famílias. É obvio que essa visão não é a mesma que o governo tem, por isso, perante a lei, o trabalho desenvolvido por eles é considerado contrabando sim, pois a entrada de produtos ilegais no país, sem declaração e sem nota fiscal é crime e pode até dar cadeia.

O trabalho dos laranjas na fronteira do ano de 2000 até 2006 vem enfrentando maiores dificuldades, pois ocorreram muitas modificações na alfândega brasileira, visando uma melhor apuração e controle de entrada de mercadorias ilegais e sem declaração para o Brasil. Essas transformações tendem a acabar definitivamente com o contrabando, por esse motivo houve um aumento no número de policiais federais na fronteira.

No mês de agosto de 2006 começou a funcionar a nova aduana brasileira na Ponte da Amizade, que segundo José Carlos de Araújo, delegado da Receita Federal, garante que a fiscalização será 100%, o que atualmente não acontece. A fiscalização aduaneira será intensificada, criando dificuldades no primeiro momento, mas depois a previsão é de que haja diminuição de fluxo de sacoleiros e contrabandistas na ponte. "Nas novas instalações tudo que passar será fiscalizado, pelo menos em um primeiro momento", assegurou o delegado-chefe da RF, José Carlos Araújo. Até aqui a verificação era feita por amostragem. Todos os dias passam pela ponte cerca de 20 mil veículos e 50 mil pessoas.

Com esse novo sistema de fiscalização a Receita Federal espera reduzir drasticamente o número de contrabandistas e aumentar na mesma proporção o número de turistas, pois ao entrar no Brasil com produtos comprados no exterior, cada pessoa tem um limite de valor para as mercadorias que pode trazer sem pagar o imposto de importação. Hoje, a chamada cota de isenção é de 300 dólares (aproximadamente R\$ 600,00) e só pode ser usada uma vez a cada 30 dias. A alíquota que deve ser paga é de 50% sobre o que passar da cota.

Para atravessar com mercadorias para o Brasil é necessário declarar tudo, até mesmo uma caneta. Se não bastasse isso, as pessoas

que por lá passam ficam cadastradas por 30 dias, ou seja, não podem atravessar a fronteira no período de um mês.

Como o laranja pode ficar sem trabalhar por um mês, se sua renda vem de seu trabalho diário que, muitas vezes, chega a R\$ 20,00 (vinte reais) por dia? Essa é uma das questões que vem atormentando a vida desses trabalhadores da fronteira, que não sabem o que fazer e nem para onde ir. Esses e outros questionamentos veremos no capítulo a seguir.

A implementação do novo sistema de controle tem dois pólos bem opostos: por um lado, busca-se a legalização do comércio da fronteira; por outro, cria-se um grave problema social devido a milhares de trabalhadores dependerem da informalidade. O que a Receita Federal pretende realizar na cabeceira da ponte é o que corresponde fazer em qualquer fronteira do mundo: um controle efetivo sobre o 100% das pessoas e veículos que entram no Brasil. Sem dúvida, a implementação deste sistema de controle corresponde, em direito, e beneficiará a todo o setor formal.

Este processo de legalização trará benefícios à região, só que a longo prazo. Vão vir mais investidores; o comércio direcionado ao verdadeiro turista (cerca de um milhão de pessoas por ano) terá um grande crescimento. Tudo isso estará gerando mais empregos na região.

Mas o problema maior e visível agora é a falta de alternativas em curto prazo, uma vez que extingue-se uma atividade que dava sustento a milhares de pessoas desprivilegiadas pelas políticas públicas e não propõe-se nenhuma outra em seu lugar.

AUTOPERCEPÇÃO DOS LARANJAS FRENTE AOS DESAFIOS A ELES CONCERNENTES

O que fazer frente a essas transformações que estão cada dia extinguindo o trabalho dos laranjas na fronteira? Essa e outras questões vêm sendo pensadas por esses trabalhadores, que estão a frente de uma realidade que maltrata, fere e destrói seus sonhos construídos para uma vida melhor não apenas para eles, mas para seus filhos.

Os laranjas estão vivendo uma grande crise e desafios até então desconhecidos, pois não ter um emprego formal é uma coisa, outra é não poder exercer o único trabalho possível encontrado no município.

Essa exclusão gera diversas preocupações, pois em suas declarações os mesmos dizem que não se importariam que fechassem a ponte definitivamente, desde que dessem empregos para a população que dali sobrevive. Quando são perguntados sobre uma oportunidade de emprego formal em troca de ser laranja, os entrevistados abaixo deram a mesma resposta. Só se for agora. “Eu a deixaria, tá faltando muita oportunidade de trabalho pro pessoal, porque a maioria do pessoal que trabalhava no Paraguai não tem opção de serviço, tão saindo da cidade ou tão roubando, é o que acontece, é o que tá acontecendo. Você pode ver ao redor, tá no dia a dia das pessoas isso aí, eu mesmo a semana que vem to indo pra Santa Catarina procurar opção de trabalho, porque aqui não encontro espécie nenhuma, nenhum tipo de serviço. Não dá pra mim, ainda mais com criança pequena” (Adilson). “Com certeza, mesmo que fosse pra ganhar 200 reais, só em pensar que não ia mais precisar atravessar aquela ponte, apesar que hoje ninguém mais contrata gente velha como eu pra trabalhar” (Veronilda).

Partindo dessas declarações é possível perceber a incerteza desses informais que fazem parte de um país clandestino. Esses trabalhadores são desprotegidos pela lei, não têm férias, décimo terceiro salário, direito à aposentadoria, nenhum vínculo empregatício que permita que o estado os proteja. A informalidade para essas pessoas é a insegurança do presente, tendo em vista a diminuição de sacoleiros na cidade, o que por vez afeta seus ganhos diários, e a incerteza do futuro porque, sem seus ganhos, como sustentar suas famílias? Apesar dos acontecimentos, alguns se arriscam a descrever o futuro. É o caso da depoente Clarice, que diz: “Olha no meu ponto de vista, os laranjas vão acabar, porque a fiscalização do jeito que tá rigorosa não tão deixando a gente transportar nada, como que a gente vai deixar lá cadastrado por trinta dias, se a gente precisa passar quase todo dia mercadoria, então acho que o futuro mesmo é extinguir, acabar mesmo. Não sei o que vai ser da gente pra sustentar nossa família”.

Segundo dados da série Brasil Informal apresentada pelo Jornal Nacional do dia 23/04/2007, mais da metade da população brasileira faz parte do mercado informal, mais precisamente 53,4% dos trabalhadores, sendo eles vendedores autônomos, donos de empresas sem registro, empregadas domésticas, diaristas e outros.

Essas incertezas que afetam a vida de muitos brasileiros, também cercam a vida desses personagens da fronteira, que deixam transparecer o desejo por melhores dias, sejam eles aqui em Foz do Iguaçu ou em outra cidade, que lhes proporcionem melhores condições de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, busquei manter contato com um conjunto de experiências que envolvem o cotidiano desses trabalhadores “laranjas” residentes em Foz do Iguaçu – Paraná. A partir dos depoimentos dos entrevistados, foi possível investigar o modo que essas pessoas vivem e interpretam suas atividades, ou seja, os motivos que os levaram a exercer esse tipo de atividade, as dificuldades que enfrentam no dia a dia e suas perspectivas para o futuro.

Esses sujeitos com origens e trajetórias familiares muitas vezes parecidas, encontraram-se unidos pelas condições precárias de trabalho para obtenção de sua sobrevivência. Excluídos do mercado formal, encontraram na atividade de laranja, a única possibilidade de assegurar sua existência e de sua família. Em meio a essa luta diária dos laranjas, manifesta-se a preocupação de resguardarem suas mercadorias de assaltos constantes sobre a ponte, e principalmente da grande fiscalização dos federais na aduana. A atuação dos federais aparece muitas vezes para os laranjas como uma forma injusta, ao coibir, por vezes, o único, seu meio de sustento.

Diante da exclusão social a que esses trabalhadores estão submetidos, eles não se entregam, ao contrário, descobrem e inventam a cada dia novas maneiras de desenvolver seus trabalhos, porém não sabem até quando poderão fazer isso, pois a cada dia fica mais arriscado tentar driblar a fiscalização.

FONTES INFOGRÁFICAS

PASTORE, José. Como reduzir a informalidade? Revista do Ministério do Trabalho. Disponível em: http://www.josepastore.com.br/artigos/ti/ti_004.htm. Acesso em: 03 maio, 2004.

Disponível em:
http://www.unafisco.org.br/publicar/principal/texto_noticias.php?ID=6377. Acesso em: 22 abril, 2007.

THOMAZ Jr, A. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? Revista Eletrônica do II Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000. ISSN 1138 – 9788. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-69-63.htm>>. Acesso em 15 março, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRAGA, R. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

DEDECCA, C.S; BALTAR, P.E. DE A. **Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90**. Estudos Econômicos, 1997, v. 27, Especial, p. 65-84.

FERRAZ, Eduardo. Farofa e Muamba. *In: Isto É/1506 – 12/08/98*.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. **Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea**. *In: FERREIRA, M.M. & AMADO, J.* Usos e Abusos da História oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

MACHADO da SILVA, L. Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade. **Tempo e Presença**, 1993, ano 15, n. 269, maio/junho, p. 31-34.

MALAGUTI, L. M. **Crítica á razão informal**: a imaterialidade do salário. São Paulo: Boitempo, 2000.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

SERRA, Rose. **Trabalho e Reprodução**: Enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez: PETRES. PSS/UERJ, 2001.